

A utilização de ferramentas digitais ou de inteligência artificial no processo-crime: regulamentação, vantagens e riscos

27 de março de 2026 | Lisboa | CEJ – Sala Luís Ribeiro

Ação de Formação Contínua Tipo A4 Penal

Destinatários: Juízas/es e Magistradas/os do Ministério Público e outros/as profissionais da área forense.

Objetivos: Focado na atualização de conhecimentos e preparação dos participantes para os desafios tecnológicos contemporâneos, o colóquio visa analisar a utilização de ferramentas digitais no processo-crime, incluindo o balanceamento entre os riscos e benefícios associados à utilização de ferramentas de inteligência artificial no processo penal. Pretende-se:

- I. Examinar o quadro normativo vigente e os desafios decorrentes da introdução destas tecnologias na atividade jurisdicional;
- II. Debater as potencialidades para a agilização e eficiência dos processos criminais, especialmente em matéria de recolha e valoração da prova;
- III. Identificar riscos para a proteção de direitos fundamentais;
- IV. Promover a reflexão crítica e a partilha de experiências para uma utilização responsável, ética e eficaz destas ferramentas, em especial das ferramentas de inteligência artificial.

Manhã

10h00 Abertura

Direção do Centro de Estudos Judiciários

10h15 As potencialidades para a agilização e eficiência dos processos criminais, especialmente em matéria de recolha e valoração da prova

Carlos Pinho, Procurador da República e Assessor na PGR

11h00 Pausa

11h15 Prova gerada e manipulada por inteligência artificial: novos desafios no Processo Penal

Susana Aires de Sousa, Professora Universitária

12h00 Debate

Tarde

14h30 A utilização de ferramentas digitais ou de inteligência artificial no processo-crime: a realidade nacional

João Ferreira, Juiz Desembargador e membro do GATEP (Grupo de Apoio à Tramitação Eletrónica de Processos) no CSM

15h15 Pausa

15h30 Reflexão sobre uma utilização responsável, ética e eficaz de ferramentas digitais, em especial das ferramentas de inteligência artificial, face ao quadro normativo vigente

José Joaquim Martins, Juiz de Direito, Assessor no Tribunal Constitucional

16h00 Debate

Moderação:

Miguel Rodrigues, Procurador da República, docente do CEJ

Ana Paula Conceição, Juíza Desembargadora, docente do CEJ